

SENADO FEDERAL

PMDB não aceita liberar empréstimos a municípios

por Claudia de Souza
de Brasília

Os prefeitos que planejam vir a Brasília, na próxima terça-feira, pressionar pela aprovação dos pedidos de empréstimos que tramitam no Senado deverão voltar para casa, mais uma vez, com respostas pouco alentadoras. Segundo voltou a afirmar ontem o senador Humberto Lucena, líder do PMDB no Senado, a posição de seu partido — a ser oficializada numa reunião da bancada marcada para a noite do mesmo dia — será de continuar bloqueando os trabalhos.

A questão dos pedidos de empréstimos a estados e municípios, que, por lei, devem passar pelo crivo do Senado, obedece hoje a uma lógica essencialmente política. "Estamos propensos a negar empréstimos internos e externos, porque

não iremos, num ano de eleição, favorecer o clientelismo eleitoral desenfreado do PDS", diz Lucena. Dos 279 pedidos de empréstimos registrados pela secretaria geral do Senado, não mais que 10% partiriam de prefeitos de partidos da oposição, garante o senador Henrique Santillo, do PMDB de Goiás, responsável por um dos levantamentos que circulam no Congresso.

A reforma do regimento interno do Senado, pretendida há algum tempo pela cúpula do PDS, também pouco poderia ajudar os prefeitos este ano, segundo a avaliação de Lucena. Num raciocínio circular, argumenta que a reforma do regimento será bloqueada com o mesmo poder de obstrução que o partido tem utilizado para obstruir outras matérias, uma vez que não há consenso entre governo e oposição sobre se

expedientes como o que permite a qualquer senador individualmente pedir verificação de quórum, obstruindo as discussões, devem ser eliminados.

ROMARIA

Segundo informa o deputado Ruy Codo (PMDB-SP), secretário da Associação Brasileira de Municípios, estariam mobilizados para integrar o grupo de pressão ("lobby") que virá a Brasília na terça-feira cerca de 50 prefeitos paulistas. As prefeituras do Estado de São Paulo são responsáveis por 34 dos 279 pedidos de empréstimos bloqueados no Senado, o equivalente a cerca de Cr\$ 21 bilhões e outros US\$ 50 milhões entre empréstimos externos e internos.

ARGUMENTOS

O mote de suas reivindicações será o velho argumento segundo o qual os senadores estariam obstruin-

do despesas em boa parte pequenas, ligadas a obras de cunho social, por parte de prefeituras que não devem a ninguém, nunca pediram empréstimos ou iriam recebê-los, caso o Senado aprovasse, diretamente de bancos estaduais.

De fato, os pedidos de empréstimos, antes de chegarem às mesas das comissões do Congresso Nacional, não deixam de obedecer a um fluxograma complicado no âmbito do Poder Executivo. A Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios (Sarem), ligada à Seplan, examina a capacidade de endividamento do estado ou município, devolve seu parecer técnico ao Banco Central, que é quem encaminha os pedidos, e, dependendo da fonte de onde se originarão os recursos, encaminha ao Conselho Monetário Nacional e ao Senado.